

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil
Rotas de Culturas
Volume II



COIMBRA 1999

FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Itinerários de leitura: a formação de um ilustrado luso-brasileiro

BERENICE CAVALCANTE*
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

“O estudo é para min já agora a lança de Aquiles, que deve curar a chaga que fez”

“Devemos saber ignorar em paz muita coisa grande”.

(José Bonifácio de Andrada e Silva)

Não é novidade que o discurso historiográfico abriga interpretações diversas de um mesmo fato, alguns silêncios e não raro perspectivas radicalmente distintas sobre um mesmo acontecimento ou personagem. E é bom que assim o seja, pois desta forma alimenta-se o debate e abrem-se, constantemente, novas perspectivas de análise. Não seria portanto de estranhar que quando se focalize um dado personagem que se defronte com visões distintas acerca de sua trajetória e que seja visto,

***Professor Associado PUC-Rio. Pesquisa realizada com apoio do CNPq.**

Berenice Cavalcante

por exemplo, como conservador por alguns autores e como liberal por outros.

A presença de José Bonifácio de Andrada e Silva na bibliografia portuguesa e brasileira, não foge a este padrão, porém as análises a seu respeito chamam atenção por uma razão diversa. Ainda que tivesse sido personagem notório na história das duas sociedades, ou bem se recupera seu perfil como homem público e estadista - identificado à figura de “Patriarca da Independência” - como é o caso da historiografia brasileira, ou bem se privilegia o erudito, o acadêmico, o amigo e colaborador de D. Rodrigo de Souza Coutinho, como se inclina a historiografia portuguesa. Assim, é um personagem histórico com a trajetória cindida em duas partes inconciliáveis: aquela que corresponde ao período em que viveu em Portugal (1780-1819) e aquela que corresponde aos anos pós 1819, quando retornou ao Brasil. É como se um José Bonifácio, na travessia do oceano Atlântico em viagem para o “novo Portugal”¹ cedesse lugar a outro. E cabe indagar: é possível unir estas duas trajetórias?

Este artigo parte desta indagação inicial e no propósito de respondê-la afirmativamente, toma como premissa a consideração de José Bonifácio como um típico representante da elite culta do século XVIII² ou, como seria mais apropriado ao vocabulário da época, pensá-lo como um “*homme des lettres*” integrado ao *clima de opinião*³ do Iluminismo. Nesta hipótese, as duas fases em que se divide sua biografia - a portu-

¹ José Bonifácio assim se referiu a seu retorno para o Brasil, cf. Otávio Tarquinio de Souza, *O pensamento de José Bonifácio*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1944.

² Além da Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual foi Secretário, José Bonifácio era sócio das Academias de Estocolmo, Copenhague, Turim, da Sociedade de Investigadores da Natureza de Berlim, da Sociedade de História Natural e Filomática de Paris, da Sociedade de Geologia de Londres e a de Física e História Natural de Gênova.

³ Cari Becker, *The Heavenly City of the Eighteenth Century Philosophers*, New Haven, London, Yale University Press, 1932.

guesa e a brasileira - e suas respectivas faces - a do académico e a do homem público - tornam-se indissociáveis. Em favor deste argumento é importante lembrar que um dos aspectos característicos do pensamento iluminista era conceber o poder como atributo dos “filósofos” capazes de “esclarecer” a humanidade e promover o progresso do “espírito”.

Nesta perspectiva quer se considere os textos que redigiu como ministro do Estado brasileiro - os projetos para a jovem nação - quer seus discursos para a Academia de Ciências de Lisboa, encontra-se um solo comum. Em outras palavras, pode-se afirmar que José Bonifácio, afinado com a cultura das “Luzes”, compreendia o campo da ação política como território a ser ocupado por homens ilustrados que concebessem a razão pragmática como fonte do almejado progresso da humanidade. Fosse desvendando os segredos da natureza - em suas atividades de mineralogista - ou projetando as reformas do Estado - no exercício de cargos públicos - sua idéias nutriam-se de um mesmo princípio.

Contudo, o que em nosso entender chama mais atenção na análise dos textos de José Bonifácio é a forma com que ele concilia os princípios do iluminismo aos princípios da tradição - cristã e clássica. É possível que esta peculiar combinação resulte de sua longa convivência na ambiência cultural portuguesa e do “grand tour” realizado pela Europa.

Sua chegada à Portugal para matricular-se em Direito Canónico e Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, coincide com o período das reformas do Marquês de Pombal e de D. Rodrigo de Souza Coutinho cujas iniciativas refletiam uma clara influência dos princípios enciclopedistas. O Secretário de Estado nutria um vivo entusiasmo pelo avanço das ciências naturais, da química e da física experimental, destacando a importância do conhecimento prático para se promover o bem estar da sociedade. Deve-se a D. Rodrigo, entre outras medidas, a iniciativa de concessão de bolsas de estudos e de viagens pelo continente com a finalidade de adquirir novos conhecimentos.

Após a conclusão de seus estudos José Bonifácio tornou-se professor daquela universidade e entrou para a Academia de Ciências de Lisboa, integrando o círculo erudito da sociedade portuguesa. Consta que teria despertado atenção do Duque de Lafões, fundador da Academia o que, provavelmente, contribuiu para que recebesse do governo português uma bolsa de estudos para adquirir “por meio de viagens literárias e explorações filosóficas os conhecimentos mais perfeitos”, conforme especificava a *Instrução* do ministro Luis Pinto de Sousa, datado de 31 de maio de 1790⁴.

A *Instrução*, ordenava que “em Paris seguissem um curso completo de química com Ms. Foucroy”, outro de mineralogia com Ms. Le Sage, ou com “quem fizesse as suas vezes” e que estes cursos deveriam durar pelo menos um ano. Na Alemanha, ao lado do ensino teórico, deveria também ter lições práticas, estando obrigado a “assentar praça como mineiro” e visitar minas na Saxônia, Boémia, Hungria, Rússia, Suécia, Noruega, Escócia, País de Gales.

Como se pode observar, sua viagem revestia-se de características bem distintas daquela da formação do cortesão, tal como praticada nos séculos precedentes. José Bonifácio não foi em busca do “desconhecido” e do “exótico” e também não se orientava pelo tema da “grandeza e decadência” que mobilizava a curiosidade de alguns de seus contemporâneos. Esta era a justificativa do grande interesse em conhecer a Itália, berço do passado e polo de atração daqueles que buscavam o entendimento do curso da história⁵. José Bonifácio visitou apenas o norte da península, a região do Tirol, por onde também andou Humboldt mobilizado pelo estudo dos vulcões.

⁴ Tarquinio de Souza, *op. cit.*, p. 32.

⁵ Um exemplo seria Edward Gibbon, historiador inglês do século XVIII e seu clássico estudo sobre a *História do Declínio e Queda do Império Romano*.

Itinerários de leitura

Desta longa “viagem literária” e de “exploração filosófica” realizada por José Bonifácio pelo continente europeu entre 1790-1800, restaram algumas anotações em seu *Diário*. Embora seja um documento fragmentado e que não recubra todo o período da viagem, tem passagens preciosas para que se observe os procedimentos típicos daquela cultura para a aquisição de “conhecimentos úteis”.

Na anotação datada de 22 de outubro José Bonifácio revela que seu “intento é de por escrito os resultados mais gerais e importantes de tudo o que vir a ser. Cumprirá de *manhã ler e ver, e de tarde conversar e perguntar*. Os pedaços e livros mais interessantes *lerei duas vezes* e farei extratos à maneira de Gibbon, e Fosrter, o filho. *Em outro papel* escreverei as minhas idéias físicas e morais, ligadas aos fins remotos ou próximos dos meus estudos”⁶ (grifos nossos)

Nota-se que obedecendo ao plano mais amplo definido pela *Instrução* José Bonifácio estabeleceu um programa cotidiano dividido temporal e espacialmente. As duas partes do dia (manhã e tarde) tinham suas atividades bem definidas e, ao que parece, independeriam do país em que ele se encontrasse: a primeira parte do dia seria dedicada às leituras e ao olhar e a tarde seria dedicada ao que se poderia chamar as práticas da oralidade: conversar e perguntar. Se, estas práticas correspondem aos procedimentos típicos dos integrantes da República das Letras - apologistas do comércio entre os homens - em clara oposição à solidão típica do cogito cartesiano, por outro lado, ainda privilegia o “olhar” admitindo, assim, a validade dos sentidos para o conhecer, tal como se entendia desde a antiguidade.

Quanto às conversações vale lembrar a vasta literatura publicada na Europa sobre esta “arte”. Tome-se por exemplo um destes manuais, o

⁶ *Diário de Observações e notas sobre minhas leituras, conversações e passeios*, in Minam Dolnikoff (org), *Projetos para o Brasil*, Coleção Retratos do Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 347-348.

Essai pour diriger et étendre les recherches des voyageurs qui se proposent l'utilité de leur Patrie de um certo Léopold Berchtold, publicada pela primeira vez em Londres em 1789 e em Paris oito anos depois. Inicialmente, o autor apresenta as qualidades necessárias a um homem que se dispõe a viajar em nome do bem da humanidade. Em seguida concede um lugar central às questões relativas às ciências exigindo do viajante a capacidade de observar os métodos de cultivo e de exploração de recursos naturais dos diferentes povos. Mais do que isto, elenca um conjunto de assuntos, considerados “mais dignos”, sobre os quais o viajante deveria ser capaz de discorrer na ocasião de seu retorno. Estes assuntos deveriam ser propostos aos homens de “tous les rangs et tous les professions, chez les différents nations et gouvernements”⁷.

Mesmo que não se tenha notícias de que José Bonifácio conhecesse estes manuais é certo que controlava os procedimentos que disciplinavam a conversação nos salões e academias e que a praticava com os cuidados que se exigia então. Há passagens em que registra que passou a tarde com o Enviado e Rademacker e que do primeiro ouvira duas “anedotas do marques de Pombal, que mostravam a trama do projeto para a renúncia da rainha”. Das anedotas Bonifácio conclui haver um processo de “embrutecimento das províncias” e o temor pelas “devassas de Pombal”⁸.

Das conversações com Ezmark e Petersen, considera que “renovou seus conhecimentos” sobre ciência das minas, pois o segundo tem “recolhido muitas notícias práticas montanísticas sobre a Suécia”, embora comente que lhe falte os primeiros estudos científicos. Pode-se também tomar conhecimento que a “economia política” constituiu-se em assunto de outra conversação com o Enviado⁹.

⁷ Lorelai Kury, “Les Instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)”, *Revue Histoire des Sciences*, Paris, 51/1, 65-91, 1998.

⁸ *Projetos*, p. 349.

⁹ *Ibidem*, 353.

Contudo, a passagem mais elucidativa para se dimensionar o que nosso letrado apreciava na “arte da conversação”, está no parágrafo em que escreve: “nada me enfastia mais do que ver rostos hipócritas e conversações monotônicas, ou sempre eruditas, ou com o ar de importância - daqui um pouco de “fun” inglês a que estou habituado, e um pouco de má língua”. Mais do que o domínio das regras da “arte” o trecho revela o gosto pelo humor que, possivelmente, evitava o *spleen*, de que se confessava prisioneiro^{10 11}.

É pertinente também concluir que para ele, a arte da conversação se, por um lado, lhe propiciava o alimento da alma, como definira o abade Dubos, por outro lado, lhe provocava uma certa irritação pelo excesso de erudição e de “politese”. A passagem sugere que José Bonifácio, como Rousseau, não admirava as normas que disciplinavam as formas de sociabilidade pois, como apontou o filósofo francês, as regras de etiqueta, ao valorizarem o artifício ocultavam, sob a máscara da hipocrisia, o verdadeiro ser.

Creio ser nas passagens relativas aos comentários sobre suas leituras que melhor se pode acompanhar a formação de suas idéias. A primeira observação é a de que gostava “de passar de um livro a outro diferente”^{10 11}. No *Diário*, e também em alguns papéis avulsos reunidos em seu acervo documental no Arquivo do Museu Paulista, não apenas registra o que já lera como o que ainda deveria ler, organizando um programa de estudos que se pode dizer em termos atuais, ser bastante eclético o que, possivelmente, explicaria a articulação que promove entre a perspectiva iluminista e os princípios da tradição.

Logo no início do *Diário* faz a seguinte anotação: “li vários cadernos de *Magazin Encyclopédique*, o terceiro volume da *Mineralogia* de

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*, p. 355.

Esthner, o tratado *Uber Minéralogie, und mineralogische Studium*”, não a acabei Schelling, *Ideen zu einer Philosophie der Natur*, a mineralogia de Lineu, e os dois primeiros volumes das *memórias de Literatura Portuguesa* - principiei o segundo tomo das *Miscellaneous works* de Gibbon,”¹².

Antes de transcrever os demais autores que constavam de seu plano de estudos é importante chamar atenção para observação que ele mesmo faz a seu respeito, pois mais adiante retornaremos a este ponto. Diz José Bonifácio: “notei que sou seco nos meus escritos, que o estudo dos nomencladores e sistemáticos tem muito apagado a minha imaginação e que devo exercitar-me na arte de *débrouiller més idées* com clareza, dignidade e graça. Falta-me talvez *le talent de narration et des détails importants*.... Ler Cícero e Tito Livio; Gibbon e Voltaire com atenção e imitação me será proveitoso - também principalmente Buffon e alguns elogios de Thomas, Herder, Forster, Meister, Fénelon e St. Pierre”¹³.

Na anotação feita no dia seguinte, a organização seu plano de leituras é feita em francês ¹⁴: “Il faut avoir *Pars Critica* de Leclerc et ses autres ouvrages philosophique et scientifique. Je sens le besoin d’étudier le grec et de recommencer la lecture approfondie des classiques latins. Il faut se procurer les ouvrages de Gassendi, philosophe des littérateurs et littérateur des philosophes, et le littéraire Leibniz - le Dictionnaire de Bayle et son rédateur allemand nouveau”¹⁵.

A insistência na importância da leitura de certos autores é justificada nos seguintes termos: para fazer uma idéia verdadeira “et sentie” do espírito filosófico convém meditar sobre algumas obras de Aristóteles,

¹² *Ibidem*, 349.

¹³ *Ibidem*, 350.

¹⁴ Além do francês, José Bonifácio também dominava o latim, o inglês e o alemão, além de estudar grego.

¹⁵ *Ibidem*, 352.

Itinerários de leitura

Cícero, Tácito, Bacon, Leibniz, Bayle, Fontenelle, Montesquieu, Hume, e talvez Séneca. *Convém ler* Plutarco, Fulleborn, a vida dos filósofos gregos. A diferença de religião, governo, costume e clima deve tornar *preciosas* antigas obras dos chineses, japoneses e indianos^{16 17}, (grifos nossos)

Depois de algumas digressões acerca da decadência da agricultura em Portugal e do tempo de espera para que as vinhas dêem lucro escreve: “cumpre *reler* o *Journal des Savants*, da *Bibliothèque Universelle et Raisonnée* de Le Clerc, e *La République des Lettres* de Bayle. Ler sobre as idéias físicas dos antigos Mr. Frenet, Mendel, *Abc des belles lettres*”¹¹.

Por estas anotações pode-se supor que o confessado gosto de passar de um livro a outro diferente poderia resultar de uma curiosidade diversificada, típica do que se entendia por “filosofia” no século XVIII - “o tudo compreender” - como Darnton¹⁸ já deixou claro ao examinar a diversificada lista de livros encomendados sob esta rubrica por um leitor a seu editor. No caso de José Bonifácio também as escolhas não eram feitas ao acaso, ao sabor de caprichos momentâneos e curiosidades descompromissadas. Sua viagem não comportava itinerários desta ordem. É como se José Bonifácio redigisse suas próprias “instruções”, estabelecesse um roteiro onde, inclusive, discriminava o que leu, o que não acabara de ler, o que convinha ler e o que deveria ler. Neste roteiro, como nas *Instruções* do Ministro, também estabelecia um método, um percurso literário, que lhe garantisse ser bem sucedido.

Há um primeiro conjunto de leituras que reúne obras relacionadas ao que seria sua “especialidade”, isto é, o campo de estudos que, mais tarde, o notabilizaria na Academia de Ciências de Lisboa: a mineralogia. Lê tanto o naturalista sueco Lineu, criador do método de classificação dos

¹⁶ *Ibidem*, 353.

¹⁷ *Ibidem*, 355.

¹⁸ Robert Darnton, *Boémia Literária e Revolução. O submundo das Letras no Antigo Regime*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 14.

três reinos da natureza, quanto seu opositor Buffon, inteirando-se acerca das teses opostas que circulavam entre os estudiosos europeus a respeito da origem das espécies.

Ao lado destes textos de “filosofia natural” onde seu interesse concentra-se nas questões de cunho mais “científico”, há o registro de leituras inacabadas ou simplesmente iniciadas, de um campo distinto: as *Memórias de Literatura Portuguesa e a Miscellaneous Work* do historiador inglês Gibbon, além do alemão Schelling. Ainda que se considere o entrelaçamento que havia entre os campos “científico”, “literário” e “histórico” no início do século XIX, o interesse de nosso letrado espraiava-se sobre um campo bem diversificado. Seu plano de leitura incluía os românticos alemães, os historiadores ingleses e a literatura portuguesa. Gibbon era referência também para a adoção de um método de leitura, pois páginas acima ele registrara que faria “extratos” à maneira do historiador inglês. Portanto buscava seguir aquele procedimento, deixando claro que a leitura era aqui, uma forma de adquirir conhecimento era, portanto, uma prática de “esclarecimento”, de conquista no mundo do conhecer. Por esta razão a leitura não deixava de ser uma espécie de viagem. Leitura e “grand-tour” confundiam-se e completavam-se na formação de um ilustrado.

Anteriormente foi mencionada a preocupação de José Bonifácio com as conseqüências negativas da leitura de “nomencladores e sistemáticos” que teriam tornado seus escritos “secos”, apagando sua imaginação. Os cuidados com a escrita, a atenção com um estilo que expusesse as idéias “com clareza, dignidade e graça” foi a razão da leitura de alguns clássicos. José Bonifácio cita Cícero, referência de linguagem ornada; Fénelon, educador, autor entre outros textos, do *Diálogos sobre a eloquência* e Tito Livio, outra referência retórica de beleza e elegância.

É possível portanto inferir que José Bonifácio atribuía importância não apenas à descrição precisa, isto é, ao conteúdo de seu texto, mas

também à sua forma, cultivando um certo estilo que seguisse o modelo da antiguidade clássica.

Os indícios que José Bonifácio cultivava a tradição das “belles lettres” pode ser encontrado no seu intento de ler aqueles autores com “atenção e imitação”. É conhecido o significado da “imitação” desde a formulação desta teoria pelos humanistas no período do Renascimento. A este respeito vale lembrar que, em essência, o que defendiam era a possibilidade de, através da imitação - ou seja, do estudo minucioso das obras clássicas- alcançarem ou mesmo superarem um ideal estético. Nesta perspectiva, mesmo quando se considerava a possibilidade de sua superação, os padrões clássicos não eram rejeitados pois continuavam como referência e como estímulo à produção estética.

Esta seria, possivelmente, a razão pela qual José Bonifácio reconhecia a “necessidade” de recomeçar a leitura aprofundada dos clássicos latinos. Motivação semelhante, possivelmente, justificava a “conveniência” de ler sobre a vida dos filósofos gregos, ler os elogios e estudar o idioma grego. A valorização da cultura clássica e o respeito pelo passado acompanhariam José Bonifácio por muito tempo.

Anos mais tarde, em 1823, como deputado a Assembléia Geral Constituinte, em seu polêmico projeto sobre a abolição da escravatura, usaria como argumento uma referência ao conceito de liberdade de Tucídides e no exílio, na França nos anos trinta do século passado, escreveria o poema *Ode aos gregos* onde afirma que as “experiências passadas não se perdem porque a memória gravará os altos feitos de antepassados ilustres”. Evocar “experiências passadas e feitos de antepassados ilustres” enfim, preservar a memória o aproxima do antigo conceito de história quando se desconhecia a noção de um processo que encadeasse os acontecimentos numa seqüência temporal. Na formulação clássica, a história valia para imortalizar acontecimentos em sua dignidade própria, impedindo que caíssem no esquecimento pois somente

assim o legado do passado poderia orientar os homens em suas ações, no presente.

O cuidado com o estilo e com a forma do texto pode também significar que, possivelmente, a exemplo de uma certa tradição, José Bonifácio também preocupava-se em atrair o interesse do leitor oferecendo-lhe um texto elegante que despertasse o prazer da leitura. Em qualquer das hipóteses, o apego aos valores da tradição indica uma ambiguidade para quem, como ele, e também outros integrantes do *clima de opinião* do iluminismo, alimentaram uma fé otimista no progresso do espírito humano. Nesta perspectiva, que adquire força pós revolução francesa, não seria mais a autoridade do passado que atrairia os homens e sim a projeção do futuro. O “espaço de experiência” cede então lugar ao “horizonte de expectativas”¹⁹.

Quando se observa outro conjunto de autores com os quais também pretendia ocupar-se em suas leituras matinais é sua face moderna e iluminista que se evidencia: Bayle, Voltaire, Montesquieu, Gibbon e Hume. Estes são autores que pertencem a um outro território, a permanecermos na metáfora da viagem. São pensadores que, resguardadas as diferenças que mantém entre si, integram-se ao *clima de opinião* do iluminismo.

Ainda que se mantenha uma certa reserva quanto à definição de Bayle como um iluminista, é reconhecida a importância de seu trabalho para a crítica do saber transmitido pela tradição. Como é notório, ainda que a maior parte dos verbetes de seu *Dicionário* não chegasse a reformular um conceito ou reinterpretar um fato, pois seu trabalho resultou, fundamentalmente, na demonstração do erro, da im procedência, da incoerência e da falta de fundamento de determinadas afirmações, Bayle

¹⁹ É extensa a bibliografia que trata deste assunto. Destaco as contribuições de Reinhardt Koselleck e Hannah Arendt.

Itinerários de leitura

contribuiu para que se recusassem como verdadeiras afirmações que não tivessem fundamento em dados empíricos. Desta forma, alinha-se entre aqueles que, na história do pensamento ocidental, contribuíram para o desenvolvimento de uma postura crítica base sobre a qual construía-se a crença no progresso da razão e do conhecimento humano. Creio ser dispensável lembrar a contribuição dos demais autores deste conjunto para o desenvolvimento da chamada filosofia racional e pragmática que se expandiu no século XVIII, culminando um longo processo iniciado na renascença, de crítica do conhecimento fundado no princípio da revelação.

A respeito do interesse de José Bonifácio, pelo pensamento crítico vale citar outra de suas anotações: “Aristóteles, o pai da crítica. A crítica é, segundo Gibbon, a arte de julgar: 1. o que disseram os escritores, 2. se disseram bem, 3. se disserem verdadeiramente. O crítico pesa, combina, duvida, decide; posso acrescentar perscruta e analisa aquilo de que duvida e não aquilo que quer. Para ser geómetra basta ser homem; para ser crítico e homem de gosto , é preciso muito mais”²⁰. É possível afirmar que a *crítica* realizaria para José Bonifácio, a síntese entre os valores da tradição e aqueles de seu tempo ao combinar o verdadeiro com o belo não sendo gratuita a referência, uma vez mais, a Gibbon que, no campo da história, combinou os procedimentos clássicos ao moderno.

A distinção entre o “geómetra” e o “crítico e homem de gosto” , com a clara valorização deste último, corresponde à diferenciação entre habilidades naturais do homem e aquelas adquiridas pela educação, isto é, aquelas que derivariam do cultivo da vida do espírito. Este é o ‘muito mais’ a que se refere a anotação, sugerindo a distinção estabelecida por José Bonifácio entre razão natural e razão artificial.

A inclusão de Sêneca na lista de suas possíveis leituras revela seu

²⁰ Dolhinikoff, *op. cit.*, p.352.

apreço pelos estoicos. Esta é uma lembrança interessante para se especular acerca das tensões e dos paradoxos presentes nos textos de José Bonifácio. Destaque-se que um ponto central para a prática moral do estoicismo é a noção de que a razão deve controlar as paixões. O filósofo grego entende ainda que uma das maneiras de se desenvolver a razão seria o refinamento do gosto conduzindo o pensamento através de estágios sucessivos de excelência, até a contemplação da retidão e harmonia universais que começando com o refinamento do “gosto” conduziria à “virtude”²¹.

As formas de sociabilidade típicas do XVIII, com sua vida nos salões e academias criaram ambiência propícia à revalorização destes princípios do estoicismo pela chamada “gens de monde” que, ciosa dos valores de hierarquização e diferenciação social firmaram o gosto como critério de discernimento²². Nesta perspectiva, não há paradoxo e sim releitura da tradição.

Entre outras práticas adotadas por Bonifácio em sua formação incluiu-se a exigência do “ler de novo” alguns textos. Este procedimento pode ser comparado ao que Abbeele chamou de “dialética de distanciamento e de repetição”²³ tendo como referência comentários de Montesquieu acerca de suas viagens. Em seu Diário, o autor do *Espírito das Leis*, registra que ao chegar a uma cidade até então desconhecida tinha por hábito subir à torre mais alta para ter uma visão de conjunto. Dias depois, voltava ao mesmo posto para “ver o que não tinha visto”, isto é para ver os detalhes. Nesta perspectiva o propósito de “ler de novo” pode ser lido como uma metáfora da vigem em que se concebe a leitura também como uma forma de visão. A este respeito vale lembrar a equivalência

²¹ Louis Kampf, *The Humanist Tradition in Eighteenth Century England and Today, New Literary History*, Vol. III, n.º 1, 1971.

²² Jacqueline Lichtenstein, *A cor eloquente*, São Paulo, Siciliano, 1994.

²³ Geroges Van den Abbeele, *Travei as Metaphor. From Montaigne to Rousseau*, University of Minneapolis Press, Oxford, 1992.

Itinerários de leitura

entre o *ver* e o *conhecer* para a cultura do Iluminismo em expansão nas sociedades europeias nos tempos em que José Bonifácio empreendia seu “grand tour”. As atividades às quais dedicaria a parte da manhã durante seu longo percurso pela Europa, - ler e ver - assumiam um mesmo estatuto pois a leitura não seria senão uma maneira de se ver.

E oportuno lembrar que as leituras escolhidas por José Bonifácio receberam diferentes classificações: “proveitosas”, “necessárias”, “convenientes”, “duvidosas” , mas todas elas tinham em comum o se justificarem por alguma uma razão. Não eram portanto, diletantes. Pode-se dizer que também neste proceder revela-se uma face de José Bonifácio bem afinada com a cultura do iluminismo com seu ineludível apego ao pragmatismo. As leituras teriam então uma “utilidade”, fosse esta o conhecer mais ou o aprimorar o estilo.

Não deixa também de ser significativo o fato de suas anotações de leituras, colocarem lado a lado os pensadores do XVIII, com os da tradição clássica. Neste proceder pode-se perceber em José Bonifácio um esforço de “harmonização” típico do XVIII, combinando as práticas próprias das ciências, em especial aquelas relacionadas ao conhecimento do mundo natural - ou seja, o ler , o ver e o observar - às práticas próprias das “artes” ou seja, a preocupação com elegância da escrita , com as regras que regiam as “belles lettres” numa singular combinação da postura iluminista com a tradição e da razão com a imaginação. Contudo, este proceder nem sempre se revelava de forma harmoniosa pois em alguns casos resultava em afirmações paradoxais.

Em seu Discurso *Histórico perante a Academia Real de Ciências de Lisboa*,²⁴ (1818), José Bonifácio afirmava que “à Academia estava reservado o dar mais esta prova à Nação e ao Mundo de que as Letras e

²⁴ Edgard de Cerqueira Falcão (org.), *Obras Científicas Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva. Edição Comemorativa do Bicentenário de Nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva. V. I, 1963, p. 135.*

as Ciências, se iluminam o entendimento, ameigam igualmente o coração”. Além da profissão de fé de um legítimo membro da República das Letras, esta passagem revela também seu esforço em conciliar - ou amalgamar, para utilizar uma expressão que lhe era muito cara -, razão e sentimento,²⁵ o que, como é bastante conhecido, é um dos pares que representa os dilemas do pensamento do século XVIII acerca da inteligibilidade dos fenômenos da natureza.

A concepção de José Bonifácio a respeito das relações harmoniosas que supostamente reinariam no mundo dos assuntos humanos transparece ainda na seguinte passagem: “conheceste desde então, que para o aumento e conservação de qualquer sociedade, não há coisa mais poderosa, nem de maior importância, que a concórdia e o amor, por isso com solícito esmero vos esforçastes sempre por extirpar dentre vós as mais pequenas raízes de discórdia, e arraigar nos corações de todos os nossos consórcios a união e a amizade”²⁶.

A apologia da concórdia, da união e da amizade não afasta José Bonifácio dos ideais do XVIII quando, como se sabe, a busca da perfeição e da felicidade incluíam, necessariamente, a superação das divergências de natureza religiosa e política para fundar-se no princípio abstrato de uma moral secular. É compreensível que num discurso para a Academia o secretário José Bonifácio expressasse legitimamente os ideais de progresso da sociedade calcado na relação harmoniosa entre razão e sentimento.

Acrescente-se a este quadro a recorrência ao par razão /*experiência*, do qual não se desvinculava o pragmatismo (ou a *utilidade*, para respeitar a expressão da época), típico dos estudiosos que renegaram a observação descomprometida e o modismo das coleções²⁷. Buscar a *aplicação* do

²⁵ Jean Starobinsky, *L'Invention de la Liberté*, Genève, Albert Skira, 1987.

²⁶ Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, p. 148.

²⁷ Krzysztof Pomian, *Collectionneurs, Amateurs et Curieux, Paris, Venice: XVIe-XVIIIe Siècle*, Paris, Gallimard, 1987.

conhecimento²⁸, constitui mais um elemento do pensamento de José Bonifácio que permite a identificação da matriz iluminista de suas formulações.

De forma breve, pode-se afirmar que a feição prática de seus estudos esteve presente desde o período em que, ainda em Portugal, planejava uma Companhia Metalúrgica para o Brasil, ou propunha uma Sociedade Económica a ser fundada em São Paulo, agregando a esta um gabinete de Física e outro de História Natural. O pragmatismo também se fez sentir nos projetos de duas fazendas experimentais, na publicação de boletins de informação e assistência aos lavradores, e na divulgação de suas Experiências *Químicas com a Quina do Rio de Janeiro*. O interesse na “divulgação” e na “publicação de boletins”, revela o ideal iluminista de “esclarecimento”, e a função “educadora” que os sábios e os letrados deveriam cumprir na sociedade.

Ao estabelecer a relação entre conhecimento e progresso, José Bonifácio cultivava a crença na perfectibilidade das sociedades em tempos futuros, contribuindo desta forma para alimentar os ideais e as “utopias” que caracterizavam o pensamento do período²⁸ ²⁹. Nesta linha de raciocínio argumenta que, “para existir um Newton, preexistiram muitos engenhos de menor ordem pois como não há saltos no mundo físico, assim no intelectual e literário. Que seria dos sábios do século XVIII sem as fadigas e trabalhos preliminares dos eruditos e polígrafos dos séculos XVI e XVII?”³⁰

²⁸ Veja-se, por exemplo, a *Memória sobre a Pesca das baleias, e Extração do seu Azeite, com algumas reflexões a respeito das Nossas Pescarias*, apresentada à Academia Real de Ciências de Lisboa em 1790.

²⁹ Frank E. Manuel & Fritzie R Manuel, *Utopian Thought in the Western World*, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press, Harvard University Press, 1979.

³⁰ José Bonifácio, *Memória sobre a Pesca das baleias, e Extração do seu Azeite, com algumas reflexões a respeito das Nossas Pescarias*, p. 137.

Para reforçar o argumento acerca de sua inserção no clima de *opinião* do iluminismo deve-se mencionar ainda sua crítica aos vícios e aos efeitos perversos da civilização, como se pode perceber numa passagem da *Memória sobre a necessidade e utilidades de plantio de novos bosques em Portugal*: “Quais outras produções da Mãe Natureza devem merecer maior atenção ao Filósofo e ao Estadista [...] mas *com o andar dos séculos* estes ricos tesouros, com que nos tinha dotado a mão liberal da Natureza, foram diminuindo e acabando pelo aumento da povoação, da agricultura, e *muito mais pela indolência, egoísmo e luxo* desenfreado de precisões factícias”³¹ e, continua, “sem matas [desaparece] a umidade necessária, [...] o terreno se fez árido e nu, [...]*novo clima e nova ordem de estações* estragam campos outrora férteis, [...] e donde vem tantas *sezões e febres malignas* nos campos abertos e calorosos de Portugal, senão da falta de bosques em paragens próprias e das águas correntes que alimentavam? Sem matas quem absorvera os miasmas dos charcos? [...] Assim tudo é ligado na imensa cadeia do universo”³².

Suas referências à “mãe natureza” - pródiga, protetora - estabelecendo com os homens relações harmoniosas, interligando tudo (e todos) “na imensa cadeia do universo” e a crítica ao luxo, à indolência e ao egoísmo, em muito o aproximam de concepções correntes no pensamento do século XVIII, em especial a Diderot. O texto sugere ainda a sintonia de José Bonifácio com a polêmica travada então pelos filósofos em torno da relação entre climas e comportamentos morais e os efeitos benéficos e/ou maléficos da umidade³³.

Nos *Apontamentos para a civilização dos índios Bravos do Brasil e*

³¹ *Ibidem*, pp. 173-174.

³² *Ibidem*, pp. 174-177.

³³ Antonello Gerbi, *La Disputa del Nuevo Mundo. Historia de una Polémica, 1750-1900*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1982.

na *Representação sobre a Escravatura*³⁴, projeto de lei proposto à Assembléia em 1823, José Bonifácio procede à identificação, respectivamente, dos vícios (a vagabundagem, a bebedeira, a poligamia) e da imoralidade em que viviam estes grupos, estigmas da paixão e da irracionalidade com as quais era impossível construir uma nação livre. Assim, deixava entrever sua ênfase no conteúdo moral das mudanças que propugnava e no valor da educação, reconhecendo que o homem “primitivo não é bom nem mau naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo e pela educação.”

No mesmo estilo pragmático e iluminista defendia em relação aos indígenas as vantagens da convivência com espíritos avançados, ou seja, “brasileiros de bom juízo e comportamento”, ratificando assim sua crença na ascendência da razão e nos espíritos “esclarecidos”. Filiava-se deste modo ao grupo que incluía, entre outros, Voltaire além do já mencionado Diderot; “filósofos” que acreditavam num processo civilizatório “por contágio”. Tais aproximações reforçam a hipótese do pertencimento de José Bonifácio ao clima de *opinião típico* do XVIII. Seu pensamento debate-se com as dificuldades características dos filósofos daquele século a respeito do conhecimento da natureza - ora como uma ordem mecânica indiferente a Deus e aos homens, ora obediente à leis intencionalmente desejadas por Deus, como pretendiam Newton, Buffon e Berkeley. O pensamento de José Bonifácio não fugiria dos dilemas em que se debatiam alguns de seus contemporâneos.

Tome-se como exemplo sua consideração dos bosques e suas “utilidades políticas”, em que transparece o pragmatismo característico do pensamento ilustrado. A filiação a essa convicção pragmática era condição para que se alcançasse alguma benesse para as sociedades no futuro. Os bosques, assim como as florestas, deixavam de ser vistos

³⁴ Tarquinio de Sousa, *op. cit.*, p. 79 *passim*.

apenas como fontes que alimentavam mitos e fantasias, para assumir uma função no restabelecimento da harmonia, seja entre o clima e as condições físicas, seja entre o clima e os comportamentos morais³⁵. Sua concepção acerca do uso das florestas afasta-se, portanto, das formulações tradicionais cuja ênfase estava no imaginário, passando a expressar a ascendência da razão. Nesta perspectiva, a expectativa otimista em relação às possibilidades de conformar o futuro³⁶ deixa perceber mais um traço marcante do pertencimento de José Bonifácio ao *clima de* opinião do século XVIII europeu.

Contudo, a nova temporalidade presente nas formulações dos filósofos iluministas, especialmente franceses, contrapunha ao peso atribuído às expectativas futuras³⁷ uma negação, um afastamento, ou um desligamento do passado. É fato por demais sublinhado pela bibliografia especializada o desprezo pela tradição após a revolução francesa. Para os homens do século dezoito, o passado não tinha mais nada a ensinar e, portanto, deixava de ser o depositário das experiências que orientariam a conduta humana.

Com relação à atitude diante do legado do passado o pensamento de José Bonifácio segue curso diverso e distancia-se da postura típica dos filósofos do século XVIII, revelando aspectos singulares de sua obra. Tome-se como exemplo o mencionado texto sobre escravidão. Os argumentos sobre os quais funda sua condenação a este regime de trabalho são: o aspecto predatório decorrente da ação do “machado assassino do escravo negro”; a baixa rentabilidade, custando “imensos cabedais que se perdem para sempre e que nem sequer pagam o juro do dinheiro

³⁵ Robert Pogue Harrison, *Forests. The Shadow of Civilization*, Chicago & London. The University of Chicago Press, 1992.

³⁶ Frank Manuel, *Shapes of Philosophical History*, California, Stanford University, 1969 e Becker, Cari L., *op. cit.*

³⁷ Reinhart Kosellech, *Le Futur Passé*, Paris, Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

empregado”, além do baixíssimo nível técnico. Bonifácio propunha não apenas a adoção do trabalho livre, como também um novo regime de ocupação de terras, em que a venda de lotes dependesse da adoção de métodos de cultivo mais modernos e menos devastadores, impedindo o desmatamento.

Até aqui pode-se afirmar que ele está operando com argumentos racionais que buscavam o já mencionado aprimoramento da sociedade. Todavia, sua defesa da abolição, ainda que apontasse para a “razão nacional”,³⁸ passa ao largo do tema da igualdade, tão caro aos “filósofos” e, este é um aspecto de particular relevância, recorre ao argumento da tradição ao justificar que a “Providência fez os homens livres e não escravos”.

O apego aos valores da tradição reaparece na transcrição das recomendações de Xenofontes aos atenienses a respeito da renda pública, e na referência a Moisés, a quem se reporta para propor seu polêmico projeto de abolição da escravatura, reconhecendo ser ele o “único entre os antigos a se condoer com a sorte miserável dos escravos” numa postura semelhante a do mencionado poema *Ode aos gregos*, onde os exemplos do passado são invocados para orientar ações no presente. As passagens em que lamenta a “surdez dos brasileiros aos gritos da razão e da religião cristã”, em que associa direito natural à vontade divina, em que revela a expectativa que os índios saíssem das trevas do paganismo para a luz dos evangelhos” ou quando alimenta a expectativa de serem entre nós “servidas a caridade cristã e a pátria” são, em outro plano, exemplos das peculiaridades de sua reflexão. São passagens em que transparecem as marcas de sua formação em um meio intelectual fortemente influenciado pela tradição mas que se abria para o conhecimento das novas idéias.

³⁸ José Murilo de Carvalho, “Escravidão e Razão Nacional”, in *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.31, n.º3, 1988, pp. 287-309.

Berenice Cavalcante

É esta tensão entre convicções ilustradas e o respeito à tradição - clássica ou cristã - que conota o pensamento de José Bonifácio de particular interesse para o pesquisador curioso em relação às formas pelas quais se constituiu o pensamento dito moderno. Seus textos refletem os diferentes itinerários intelectuais que percorreu, ao longo de sua prolongada permanência na Europa, movido por sua constante curiosidade e gosto pela leitura e pela conversação. Ambigüidades e paradoxos são as marcas inconfundíveis deste letrado luso-brasileiro.